

Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos

Anderson Fabian Ferreira Higino*

Ronaldo Ferreira de Araújo**

Carolina de Souza Paes Scott***

Resumo Discute-se a construção de políticas de informação, do ponto de vista da reflexão epistemológica e da proposição metodológica. Com base em trabalhos de Bruno Latour e Bernd Frohmann, aponta-se uma abordagem capaz de favorecer o enfrentamento dos desafios identificados no campo em questão. Para dar a essa abordagem uma materialidade que contemple a dinâmica de múltiplos níveis locais e globais presente no processo da construção política, indica-se a articulação de modelos analíticos propostos por Boaventura de Sousa Santos e Janete Maria Lins de Azevedo. A discussão visa propiciar a identificação de possibilidades e o apoio ao desenvolvimento de estratégias ligadas à conquista de uma relação menos desequilibrada entre pressões globais e potencialidades locais. Toma-se como horizonte uma forma de atendimento a demandas locais de acesso a informação desenvolvida em paralelo com a construção de condições locais adequadas a uma participação na “sociedade da informação” que garanta espaço para a manifestação da identidade cultural, com menor risco de submissão a uma lógica de subalternidade.

Palavras-chave política de informação, regime de informação, epistemologia política, multiculturalismo, contra-hegemonia.

Constructing information policies: epistemological and methodological aspects

Abstract This paper discusses the construction of information policies from the standpoint of epistemological reflection and methodological proposition. Theorizations developed by Bruno Latour and Bernd Frohmann are the point of departure for choosing an approach that allows adequate confrontation of the various challenges that construction meets. We also advance the suggestion of articulating analytical models proposed by Boaventura de Sousa Santos and Janete de Azevedo, so as to deal with the multiple-level dynamics of local and global interactions involved in policy construction. Our discussion aims at paving the way to the identification of possibilities and the stimulation of strategy development in situations involving the pursuit of a less unbalanced relationship between local potentialities and global pressures. The horizon we envision associates answering local demands for information access with creating adequate local

* Doutorando em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG), Bolsista do Programa PIQDTec/CAPES/CEFET-MG, Professor do CEFET-MG. E-mail: afhigino@gmail.com

** Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG), Bolsista FAPEMIG. E-mail: ronaldfa@eci.ufmg.br

*** Mestranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG). E-mail: carolspscott@globo.com

conditions to participating in “information society” with enough space guaranteed for the manifestation of cultural identity and lesser risk of subscription to subalternity.

Keywords information policy, information regime, political epistemology, multiculturalism, counter-hegemony.

Introdução¹

O objeto de estudo deste trabalho é a construção de políticas de informação, discutida do ponto de vista da reflexão epistemológica e da abordagem metodológica. De início, tratam-se questões conceituais sobre política e epistemologia, como subsídio para a reflexão sobre os desafios enfrentados por iniciativas voltadas a essa construção. A seguir, apresentam-se, com base em trabalhos de Bruno Latour e Bernd Frohmann, abordagens epistemológicas e metodológicas capazes de contribuir para o enfrentamento desses desafios.

Levando-se especialmente em conta o caráter complexo do objeto de estudo, decorrente da presença intersticial da informação nas interações que se dão em uma grande multiplicidade de instâncias e instituições sociais, indica-se a conjugação de modelos analíticos propostos por Boaventura de Sousa Santos e Janete Azevedo. Busca-se, assim, dar materialidade à abordagem da dinâmica de múltiplos níveis locais e globais que está presente no processo de construção de políticas. Nessa linha, discute-se um projeto de pesquisa-ação no qual se identificam potencialidades para a busca de uma relação menos desequilibrada entre as pressões — locais e globais — pelo atendimento a demandas de acesso à informação e a construção de condições locais adequadas a uma forma de participação na “sociedade da informação” que garanta espaço para a manifestação da identidade cultural local, sem submissão a uma lógica de subalternidade.

Política e informação

Conforme indica Bobbio (1995), a discussão conceitual da política remete, necessariamente, ao poder, que é toda relação impositiva, dependente da posse de meios de efetivação, manifesta nos campos econômico, ideológico e político. Se o poder econômico pressupõe a posse dos meios de produção e o ideológico, de formas específicas de saber, o poder político caracteriza-se, no limite, pelo recurso possível à força física. Por ser esse o poder com supremacia numa sociedade de desiguais, a concepção moderna reserva ao Estado a exclusividade e a institucionalidade do uso da força. Reconhecendo a Gramsci a identificação do caráter dual da superestrutura teorizada por Marx, Bobbio esclarece: enquanto a economia fornece a estrutura material do funcionamento da sociedade, a superestrutura envolve as construções possíveis de consenso, no âmbito da *sociedade civil*, e as disputas pelo domínio hegemônico, no âmbito da *sociedade política*.

¹ Texto adaptado de comunicação oral apresentada no GT5: Política e Economia da Informação do VIII ENANCIB (Salvador – BA), em outubro de 2007. Registram-se agradecimentos à Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro (PPGCI/UFMG), pelo estímulo e pelas enriquecedoras sugestões

Por sua vez, Santos (2000) concebe o poder como qualquer relação social regulada por uma troca desigual. O autor busca ir além do dualismo entre Estado e sociedade civil, propondo um complexo mapa de *estrutura-ação* das sociedades capitalistas no sistema mundial. Essa proposta decorre de uma adesão crítica à concepção de poder de Foucault, com ressalvas e esforço de superação quanto a seu caráter excessivamente dispersivo e fragmentário, bem como à forma contraditoriamente monolítica pela qual nela se abordam as instâncias estatal e disciplinar. As desigualdades que são situadas no núcleo conceitual do poder referem-se a aspectos materiais e não-materiais. Já as relações se efetivam seguindo, necessariamente, um duplo princípio de *distribuição* e *constelação*, o que dá a seu funcionamento um caráter bipolar de inibição/permissão na abertura de novos caminhos relacionais. Precisamente esse caráter ambivalente é o que estabelece um contexto complexo, capaz de abrigar possibilidades auspiciosas para esforços tendentes a desenvolver relações emancipatórias, por meio das quais se transforma capacidade de reproduzir poder em capacidade de destruí-lo. Porém, a eficácia de cada um desses esforços exige sua integração numa constelação de outras práticas e relações emancipatórias, o que faz da *capacitação* e da *distribuição* as duas faces da emancipação.

Numa abordagem articulável com a de Santos, Braman (2004) discute como as relações de poder características do campo da política definem o *regime político* vigente. Este pode ser visto, em princípio, como conjunto de regras, leis e normas surgidas do relacionamento complexo e dinâmico dos múltiplos atores formais e informais que constituem o Estado. Aprofundando o conceito, a autora segmenta as interações dos principais grupos de atores em três aspectos complementares: *governo*, referente às entidades formais responsáveis pela administração pública e pela criação das leis que regem o Estado; *governança*, referente às entidades formais e informais envolvidas na definição da forma de governar, incluindo atores estatais e não-estatais capazes de construir regras e acordos que se refletirão na sociedade; *governamentalidade*,² referente ao contexto social e cultural no qual surge e é validada uma modalidade de governança.

Essa segmentação mostra que as construções políticas atuais são processos complexos, que envolvem múltiplos atores e níveis de interação. Se essa complexidade já está presente no âmbito de um Estado particular, é ainda maior no contexto das densas interações internacionais típicas do momento histórico atual. Esse é o cenário no qual Braman discute as condições de emergência de um regime global de política de informação. Considerando-se, no entanto, o caráter heterogêneo da informação, simultaneamente relacionada a meios tecnológicos, a sujeitos cognitivos e a um contexto social cada vez mais amplo, esse desafio teórico passa a incluir até mesmo o *questionamento* da própria possibilidade de padronizar o sistema político global respeitando e garantindo o bem comum, numa nova sociedade mundialmente concebida. Esse

² Preferimos o termo *governamentalidade* à tradução mais comum no português (governabilidade) para o termo *governmentality*, usado por Braman no original em inglês. A opção apóia-se no fato de esse termo derivar de *gouvernementalité*, neologismo originalmente cunhado por Michel Foucault, em francês, e de ambos constituírem palavras-valise que, além da referência à idéia de *governo*, parecem também comportar uma sugestiva alusão à noção de *mentalidade* — postura ou modo de pensar que manifesta um indivíduo ou um grupo. Essa não é a única via de leitura possível para o neologismo foucaultiano, mas a associação que identificamos também não é meramente casual. Com efeito, em 1999, essa alusão foi explicitada — na forma decomposta *govern + mentality* — e explorada por Mitchell Dean, dando base a uma das contribuições inovadoras de seu livro *Governmentality: power and rule in modern society*. Na língua portuguesa, a composição da tradução pode embutir um desvio de foco que faça a palavra adotada como suposto correspondente tornar-se um elemento que dificulte a percepção da referida alusão, mais facilmente explicitável nas línguas francesa e inglesa. Isso produziria uma lamentável perda de riqueza semântica e de precisão conceitual na mediação entre produção e recepção do discurso. Por isso, a questão merece ser resolvida a partir de um estudo histórico-conceitual mais profundo. Uma discussão interessante e esclarecedora é proposta pelo professor Alfredo Veiga-Neto, da Faculdade de Educação da UFRGS. Ainda que não aponte a alusão citada, esse autor abona o uso, no português, dos termos *governamentalidade* e *governamentabilidade*, que considera equivalentes e para os quais estabelece outras significativas possibilidades de leitura. O texto de Veiga-Neto encontra-se disponível no endereço eletrônico www.ufrgs.br/faced/alfredo/governo1.htm (acesso em: 22 jul. 2008).

questionamento exige uma discussão de ordem epistemológica, levando-nos a abordar aspectos conceituais da epistemologia e a explorar as relações entre esse campo da reflexão filosófica e as construções teóricas de caráter epistêmico-político que interessam à Ciência da Informação.

Epistemologia e ciência da informação

Segundo Japiassu (1975), a epistemologia é o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências, que aborda, através do olhar filosófico, a natureza, as condições e as limitações do conhecimento humano. Por sua vez, Fallis (2006a) conceitua a epistemologia como o estudo do que é o conhecimento e de como ele é adquirido pelas pessoas, destacando-a como a área da filosofia mais importante para a Ciência da Informação. Esse autor aponta que os trabalhos sobre epistemologia podem contribuir para os estudos sobre busca de informação e conhecimento, para as tomadas de decisão sobre uso e controle da informação e para a identificação de práticas e políticas capazes de facilitar a aquisição do conhecimento. A epistemologia auxilia, ademais, na determinação da possibilidade de identificar o valor epistêmico de objetos de estudo e de compreender as condições de estruturação desse valor.³ Como benefícios dos estudos epistemológicos da Ciência da Informação, Fallis indica o subsídio à definição de melhores políticas de informação e a outras decisões de resultados epistêmicos significativos, além do levantamento de questões e respostas importantes para a epistemologia em geral. Sua análise das discussões de diversos autores destaca o trabalho de Margaret Egan e Jesse Shera — pioneiro na indicação da centralidade dos estudos epistemológicos para a área — e enumera aplicações e limitações desses estudos, com especial atenção ao que Egan e Shera chamam de *epistemologia social*.⁴

A epistemologia social pode ser vista como o ramo da epistemologia que visa a identificar o papel desempenhado pelos fatores sociais e pelas instituições sociais na aquisição de conhecimento. Os epistemólogos sociais buscam compreender os processos através dos quais o conhecimento é socialmente construído e adquirido, estudando onde e como ocorrem esses processos no contexto social. Um dos propósitos centrais inicialmente propostos para essa disciplina foi desenvolver uma fundamentação teórica para Ciência da Informação, com base na compreensão do modo como o conhecimento é adquirido e utilizado. Mas a idéia era que, a seguir, ela também tivesse implicações práticas, tornando os serviços de informação mais eficazes na facilitação do acesso intelectual ao conhecimento (FALLIS, 2006b).

Ao destacar a epistemologia social, Fallis apresenta um primeiro ponto de vista interessante para as teorias da área. Há, porém, outra possibilidade que é especialmente valiosa para a reflexão sobre as questões relacionadas à política, advinda de algumas contribuições de Latour (2004a). Discutindo certas questões relacionadas à ciência e à política, e especialmente como fazer ciência na democracia, esse autor assinala três possibilidades: (i) epistemologia; (ii) epistemologia (política), ou polícia epistemológica; (iii) epistemologia política.

De acordo com Latour (2004a), nada deveria ser mais “inocente”, à primeira vista, do que a epistemologia que pretende ser “o” conhecimento do conhecimento, “a” forma de descrever as

³ Trabalho apresentado no painel sobre Filosofia e Ciência da Informação, no *Annual Meeting of the American Society for Information Science & Technology*, sediado no Texas, em novembro de 2006.

⁴ Egan e Shera propuseram a criação de uma nova disciplina, a epistemologia social, que propiciasse o estabelecimento de um referencial para a investigação efetiva de todo o complexo trabalho que é o processo intelectual da sociedade. A referência original usada por Fallis é: EGAN, Margaret E., SHERA, Jesse H. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952.

ciências, “o” estudo que propicia descrição meticulosa das práticas científicas em toda a sua complexidade. Os epistemólogos dessa vertente pretendem compreender o “segredo” das práticas científicas. Essa primeira possibilidade, a **epistemologia** “pura”, vê-se como um estudo tão isento das ciências e de seus procedimentos que, ao aplicar a filosofia aos problemas do conhecimento, sequer percebe a necessidade de preocupar-se, particularmente, em afastar a questão política.

A segunda possibilidade epistemológica diz respeito a um processo de politização das ciências. Ela pretende limitar-se à ciência, no intuito de evitar toda interrogação sobre a natureza das complexas relações entre ciência e sociedade, evocando a ciência como única salvação contra o caos social. Segundo as pretensões desses epistemólogos, o problema do conhecimento deve ser distinguido da questão política, a fim de manter-se sob controle o frenesi do mundo social. Trata-se da **epistemologia (política)**, que acaba por fazer política enquanto pretende estar ao abrigo de toda política — daí os parênteses. Essa postura implica uma desvirtuação das teorias do conhecimento, que são usadas para dar razão à política, mas sem respeitar os procedimentos de funcionamento e coordenação nem da ciência, nem da política. Pode ser maliciosamente chamada epistemologia policial, polícia epistemológica, ou, ainda, como faz González de Gómez (2004), política epistemológica. A política epistemológica talvez pareça uma distração no caminho pelo qual a filosofia política poderia levar. Mas vai além disso, tornando-se um embaraço, ao acarretar atraso na investigação epistemológica que busque tratar, simultaneamente, da organização da vida pública e das ciências.

A terceira possibilidade, que Latour chama **epistemologia política** — sem parênteses — é a mais valiosa para a discussão que aqui propomos, pelo fato de desenvolver, num único plano, a análise da distribuição explicitada de poderes entre as ciências e as políticas. González de Gómez (2004) destaca que a epistemologia política torna-se uma regra geral de distribuição ontológica do poder, que acaba por definir os procedimentos — sejam tecnológicos ou epistemológicos — que passam a ser formalmente reconhecidos como exemplares. Os epistemólogos políticos concordam em tratar como um mesmo problema filosófico a teoria das ciências e a teoria das políticas. Latour (2003), com seu costumeiro jogo de metáforas, afirma que “a epistemologia política não é uma distorção infeliz da boa epistemologia ou da boa política, e sim uma tarefa necessária àqueles que escrevem uma ‘Constituição’, distribuindo poderes nos diversos ‘ramos’ desse vasto ‘governo das coisas’, em busca do melhor acordo entre ‘perdas e ganhos’” (não paginado, tradução dos autores).⁵ Ainda conforme Latour, “a epistemologia política lida sempre com a composição do mundo comum e deve, portanto, ser capaz de distinguir entre as boas e as más articulações entre ciência e política, e não apenas entre as ciências boas e más” (LATOURE, 2004b, p. 223, tradução dos autores).⁶ Portanto, a concepção de epistemologia política constitui uma abordagem valiosa para enfrentar os desafios referentes à construção de políticas de informação.

Construção de políticas de informação: desafios a enfrentar

A imagem de uma sociedade internacionalmente “globalizada” é freqüente e intensamente propalada, nos dias de hoje, a partir dos discursos hegemônicos. A própria discussão proposta

⁵ “To use a traditional set of metaphors, political epistemology is not an unfortunate distortion of good epistemology or good politics, but rather the necessary task of those who write a ‘Constitution’ distributing powers in the various ‘branches’ of this vast ‘government of things’, looking for the best arrangement of ‘checks and balances’.”

⁶ “Political epistemology always deals with the composition of the common world, and thus should be able to distinguish between good and bad articulations of science and politics, not only between good and bad sciences.”

por Braman (2004) ilustra esse contexto discursivo, pois, ainda que busque contemplar a complexidade dos processos considerados, parece assumir como pressuposto uma tendência quase “natural” à emergência de um regime global de informação.

No atual cenário das relações internacionais, o significado geopolítico desse tipo de naturalização constitui motivo de preocupação para os países periféricos e semi-periféricos. No que diz respeito à informação, nessa sociedade “globalizada”, o forte ímpeto de homogeneização orientado pelos interesses hegemônicos internacionais dificilmente propiciará suficiente cuidado com aspectos como os destacados por Freire (2006a, p. 59), ao apontar a “necessidade de situar os acontecimentos e processos (culturais, organizacionais, produtivos, políticos) em diferentes planos de integração, considerando a complexidade dos nós [*links*] que entrelaçam o local e os mundos externos, em todas as suas manifestações”.

Em meio a dinâmicas sociais fortemente marcadas pela globalização homogeneizante, deve receber especial atenção a preservação de suficiente espaço para visões como o respeito às particularidades e diferenças culturais e a garantia do bem comum. Indo ao encontro dessa reflexão, Aun (1999) registra, a partir de entrevistas com importantes personalidades francesas da área, seis desafios a considerar na criação de uma política de informação: 1) preservar cada cultura local, frente ao maciço estrangeirismo lingüístico, voltado a valorizar a cultura norteamericana; 2) promover a aproximação cultural sem pôr a perder as especificidades locais; 3) garantir conteúdo e contextualização à informação, para que ela seja de fato útil ao usuário a que se destina; 4) propiciar cooperação entre os Estados para a construção de mecanismos de controle e regulamentação do descomunal fluxo de informações lançado em circulação na internet, diariamente e em nível mundial; 5) diminuir a constante e angustiante sensação de incompetência gerada pela ausência de uma regulamentação das novas formas de trabalho advindas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação; 6) não permitir que a regulamentação da sociedade da informação seja pautada somente por interesses econômicos.

Os desafios apontados por Aun demonstram a complexidade que se opõe à pretensão de construir uma política para a sociedade global da informação. Há um cruzamento inevitável entre a criação de políticas de informação e outras políticas já existentes ou ainda necessárias, sejam sociais, culturais, de relações internacionais etc. Segundo González de Gómez (1999, não paginado), “a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado”.

O alerta de González de Gómez sobre esse inescapável entrecruzamento permite inferir que a presença *articulada* da informação nas outras políticas é o *pressuposto* fundamental para a construção de um cenário a que se possa verdadeiramente chamar sociedade da informação. Esse aspecto central fica patente na afirmação complementar de que “a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, não paginado). Essa, portanto, é a questão-chave da nossa análise, neste ponto: sem o cumprimento do *pressuposto* identificado, é temerário afirmar a existência de uma real sociedade da informação. E de um ponto de vista prático, a realização de tal *pressuposto* parece ainda distante de ser constatada, no complexo cenário do momento atual. Tanto nos contextos nacionais quanto no contexto mundial, não se verifica, com facilidade, uma legítima construção de políticas de informação. Ao contrário, como ressalta Aun (1999, não paginado), o que se presencia remete muito mais “ao desenvolvimento de planos e ações que refletem um imediatismo de respostas compulsivas à ditadura de um mundo regido pelo capital”. Isso implica que devem ser colocados entre parênteses os discursos mais assertivos e enfáticos sobre a “sociedade da informação”. Essa percepção torna necessário

buscar abordagens que propiciem uma discussão mais lúcida e ampla das políticas de informação e dos desafios que marcam sua construção, para que esta possa dar-se de modos mais democráticos, mesmo face à pesada centralização exercida por algumas poucas nações.

Abordagens teórico-epistemológicas

Pelo vulto que assumem, os desafios assinalados demandam uma abordagem teórico-conceitual profunda. O recurso à reflexão epistemológica pode trazer contribuições relevantes, mas presume que se lide, de início, com uma questão ou escolha: epistemologia social ou epistemologia política? Conforme visto anteriormente, a epistemologia política pretende fornecer uma espécie de base sobre a qual se sustente, simultaneamente, o trabalho do cientista e o do político — ou seja, as ciências e a vida pública. Não parece haver, até aí, nenhuma novidade, em relação àquilo de que já se ocupava a epistemologia social, ao buscar a compreensão da influência exercida pelos fatores sociais e pelas instituições sociais indiscutivelmente presentes nas ciências e nas políticas. O que nos parece novo, nesse cenário, é a “Constituição” no contexto da qual a epistemologia política compreende a distribuição de poderes entre atores científicos e políticos. Latour (2004a) empresta esse termo do direito e da ciência política, atribuindo-lhe uma acepção mais metafísica, que remete a uma distribuição, entre seres humanos e não-humanos, do gênero de poder, de capacidade, de palavra, de mandato, de vontade que eles recebem.

A constituição, nesse caso, toma por base a noção de coletivos, proposta por Latour, que envolve tanto pessoas quanto coisas. Essa é uma perspectiva valiosa, devido ao caráter complexo e plural do contexto no qual se insere a produção e o uso do conhecimento e da política, que envolve pessoas, instituições, fatos e artefatos.

A abordagem da *epistemologia política* permite também estudar as complexas relações que ocorrem entre os atores envolvidos no processo informacional, ou seja, naquilo que Frohmann (1995) vai chamar *regimes de informação*. Essa noção, que, ao lado da epistemologia política, constitui a segunda abordagem privilegiada no presente estudo, foi postulada com base na Teoria de Atores em Rede (ANT),⁷ desenvolvida por Latour como um possível referencial analítico para a política de informação. Conforme Frohmann (1995), a ANT distancia-se do reducionismo naturalista e científico, uma vez que permite considerar um regime de informação algo formado ou articulado por uma rede de atores humanos e não-humanos que interagem a partir de uma multiplicidade de elementos naturais, sociais e discursivos.

Baseada na noção de “Constituição”, a epistemologia política é também concebida na perspectiva da ANT e pode ser estudada como possibilidade de abordagem teórica adequada à análise das práticas, dos regimes e das políticas de informação. Ela atende ao objetivo de abranger a complexidade e a diversidade encontrada nos regimes, considerando a existência de elementos naturais (não-humanos), elementos sociais (grupos e classes sociais — com seus conflitos e interesses — e as diversas relações de poder existentes) e elementos discursivos (ideais dominantes, mensagens ideológicas).

Dessa perspectiva, é possível considerar que os diversos elementos do campo informativo, no contexto tanto da produção quanto do conteúdo produzido, são “nós” ou nodos de redes de informação, ou elementos de um regime de informação. Conforme González de Gómez (2004, não paginado)

⁷ Actor Network Theory

Uma epistemologia política **da informação** [grifo nosso] colocaria de manifesto as premissas meta-discursivas que através do enquadramento das informações por atores privilegiados reforçam as práticas tradicionais e a reprodução da ordem estabelecida, represando as possibilidades de transformação e de apropriação heurística da informação.

A autora aponta, assim, a possibilidade de apropriação da noção de epistemologia política para reflexões pertinentes ao campo da informação, numa abordagem que pode servir, em particular, ao tema das políticas de informação. Seu alerta insta-nos a discutir modelos teóricos adequados à busca de uma perspectiva de apropriação contra-hegemônica da informação.

Ainda outra abordagem contribui para a reflexão crítica sobre a inserção dos diversos interesses locais em contextos globais. Santos (2004) propõe um *paradigma multicultural*, para enfrentar os atuais dilemas das ciências sociais e evitar que a surpreendente riqueza da experiência teórico-epistemológica em curso nos países não-centrais continue sob o enorme desperdício produzido pelo alastramento impositivo e cerceador da racionalidade moderna — a *razão indolente*. O autor remete ao projeto de pesquisa *A reinvenção da emancipação social*, que coordenou, de 1999 a 2001, e envolveu 69 cientistas sociais de África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal, países periféricos e semi-periféricos com forte resistência à globalização neoliberal e exitosas experiências de criatividade metodológica e epistemológica.⁸

O recrudescimento perverso e desmobilizador de tendências positivistas, sob avassaladora pressão da globalização econômica, levou o autor a aprofundar uma análise epistemológica anterior (SANTOS, 1999) e a apontar a necessidade de reformulação paradigmática das ciências sociais, para evitar que elas sejam incapacitadas de ajudar na compreensão ampla da realidade atual e de subsidiar movimentos de emancipação social e luta contra-hegemônica. Santos (2004) aponta vícios na racionalidade moderna, desenvolve a crítica aqui resumida, com base em idéias ligadas ao multiculturalismo e à noção de tradução, e apresenta sua contraproposta: a *razão cosmopolita*.

A crítica à *razão metonímica* enfrenta a obsessão de totalidade da racionalidade ocidental moderna, construída sobre a negação da matriz oriental e silenciamentos diversos. Santos faz a contraproposta de dilatar o presente, numa ampliação promovida pela *sociologia das ausências*, que rompe com as ciências sociais convencionais e demonstra que o que não existe é ativamente *produzido como não-existente* — ou alternativa não-credível ao propalado como existente. A nova abordagem implica substituir *monoculturas* vigentes em cinco campos — canonização do saber, linearidade do tempo, classificação social, escala espacial de eventos, produtivismo capitalista — por cinco *ecologias* — saberes, temporalidades, reconhecimentos, trans-escalas, produtividade. Esse esforço contra-factual exige imaginação sociológica, nos aspectos epistemológico e democrático, para que cada par monocultura/ecologia receba um duplo tratamento desconstrutivo-reconstrutivo.

A crítica à *razão proléptica* acusa a dilatação e o descuido que a monocultura do tempo linear impõe ao futuro, com a presunção de conhecimento sobre sentido e direção da história e a expectativa de progresso irreversível e ilimitado. A *sociologia das emergências* busca atenuar a discrepância entre a concepção de futuro da sociedade e dos indivíduos e contribuir para a dilatação do presente. Apelando ao conceito do Ainda-Não (*Noch Nicht*), de Ernst Bloch, Santos propõe trocar o futuro vazio concebido a partir do tempo linear pela noção de um futuro incerto,

⁸ Mais informações em www.ces.uc.pt/emancipa.

iluminado pelas possibilidades plurais, concretas e utópico-realistas, construídas no presente, através de atividades que materializem o cuidado.

O *campo* das novas sociologias são as diferentes experiências disponíveis ou possíveis e os saberes a elas associados, nos subterrâneos e nas margens dos sistemas dominantes, recebendo destaque: conhecimentos; desenvolvimento, trabalho e produção; reconhecimento; comunicação e informação. A diminuição da discrepância entre experiências e expectativas sociais demanda uma *nova semântica das expectativas*, contextualizada em possibilidades e capacidades concretas e radicais em busca de realização e capaz, portanto, de defender da frustração as experiências em curso e de apontar os novos e plurais caminhos das emancipações sociais.

As duas novas sociologias compõem a *razão cosmopolita*, contraposta à razão indolente e à visão não-problematizadora do pós-modernismo “celebratório”. À pergunta legítima sobre *qual a alternativa à grande teoria*, Santos responde com o *trabalho de tradução*. É ele que possibilita, num contexto multicultural, criar inteligibilidade recíproca entre experiências distintas trazidas à existência e percebidas, simultaneamente, como partes e totalidades na produção de saberes tomados, uns em relação aos outros, de modo ao mesmo tempo desconstrutivo e reconstrutivo. O trabalho de tradução requer dupla abordagem. A *tradução entre saberes*, que constitui uma hermenêutica diatópica, busca interpretação entre culturas, pela interligação das preocupações isomórficas e das diferentes respostas produzidas. O pressuposto básico é que toda cultura é incompleta e pode, portanto, enriquecer-se no diálogo e no confronto com outras — o que é não um relativismo, mas um universalismo negativo, uma teoria geral residual, ou teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral. A sensação de carência gerada pela incompletude cultural dá à tradução motivação especialmente frutífera quando coincidem o cruzamento de culturas convergentes e a busca de inteligibilidade recíproca entre saberes não-hegemônicos, que se articulam numa construção contra-hegemônica. Já a *tradução entre práticas sociais e seus agentes* visa à inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação, incidindo sobre saberes aplicados, transformados em prática e materialidade, para permitir alianças e abrir possibilidades de definir constelações de práticas com maior potencial contra-hegemônico, em momento e contexto histórico concretos. A visão em pauta é que agregação a partir de baixo parece a única alternativa possível à agregação imposta de cima por uma grande teoria ou um ator social privilegiado.

O complexo caráter da tradução — simultaneamente intelectual, político e emocional — exige considerar com cuidado condições e procedimentos que intervêm na abertura de caminhos que propicia: o que traduzir? Entre quem traduzir? Quando traduzir? Quem traduz? Como traduzir? Nessa discussão, a noção de *zona de contato* caracteriza os campos sociais onde se encontram, chocam-se e interagem diferentes mundos-da-vida normativos, práticas distintas e conhecimentos diversos. Essa visão contrapõe-se às zonas de contato epistemológica e colonial, impositivamente criadas pela modernidade ocidental, e busca a construção de outras novas, reclamadas pela razão cosmopolita, ponderando que cabe a cada saber ou prática decidir o que é posto em contato com quem. A tradução intercultural corresponde, assim, ao trabalho de imaginação epistemológica e democrática demandado pelo desenvolvimento de novas e plurais concepções de emancipação social, sobre as ruínas daquela, automática e ilusória, antes prometida pela modernidade ocidental. Mas Santos alerta: sua proposta de *multiculturalismo emancipatório* significa uma opção pela reinvenção do presente sem garantia de que um mundo melhor seja de fato possível, e nem de que todos os que não desistiram de lutar por ele o concebam do mesmo modo.

Modelos analíticos

A abordagem do multiculturalismo emancipatório e a proposta metodológica da tradução intercultural de Santos articulam-se com o modelo analítico sintetizado no quadro de estruturação das sociedades capitalistas no sistema mundial. Um complexo cenário de criação de *estruturas* e possibilidades de *ação* é analisado, em cada um dos seis espaços estruturais considerados — doméstico, produtivo, mercantil, comunitário, cidadão, mundial —, através de seis dimensões analíticas: unidade de prática social, instituições, dinâmica de desenvolvimento, forma de poder, forma de direito, forma epistemológica (SANTOS, 2000). Há clara articulação teórico-metodológica entre a análise que o autor faz dos modos de produção das formas de poder, direito e conhecimento e a noção da ativa produção de inexistências, que pode ser pensada em termos políticos, culturais e informacionais, entre outros. Essa perspectiva tem importância central para o estudo da construção de políticas públicas, em geral, e de informação, em especial.

Também valioso para o estudo da construção de políticas é o modelo analítico proposto por Janete Azevedo (2004). Ainda que a atenção se volte mais diretamente à educação, o modelo se aplica a políticas sociais em geral, é extensível a outros campos de estudo e bastante robusto, já que desenvolvido na interseção de três vertentes teórico-analíticas — neoliberal, liberal moderna e marxista —, com base no trabalho de Pierre Muller e Bruno Jobert. Sua heterodoxa proposta flexibiliza as categorias analíticas dessa interseção, fecundando a teoria liberal moderna da cidadania com uma visão marxista das relações Estado-sociedade que supera o estrito enfoque econômico da intervenção pública, enquadrando essa dimensão numa zona de conflito de interesses intra e inter-setoriais ordenados, articulados e hierarquizados num “referencial normativo global”, correspondente ao projeto de sociedade vigente em certo período.

Na dimensão política, prevê-se um tipo de relação entre intervenção estatal e organização social no qual o espaço propriamente “político” das políticas públicas é a dialética entre a reprodução global da sociedade e a de cada setor específico. Propõe-se uma visão gramsciana do Estado como instância superestrutural ampliada, envolvendo *sociedade política* e *sociedade civil*, que passa a ter visibilidade e materialidade através das políticas públicas — o “Estado em ação”. Soma-se um modelo durkheimiano de sociedade setORIZADA, pela divisão social do trabalho, nas especializações que exige a vida moderna — educação, saúde, transportes, segurança, construção, finanças etc. Cada pessoa participa mais diretamente de algum dos setores, em sua atividade profissional, mas é também usuária de outros. O Estado procura garantir que todos eles se reproduzam em harmonia com os interesses sociais predominantes. Uma política pública (ou plano de ação) para um setor específico tenderá a ser formulada na medida em que uma questão a ele referente seja socialmente problematizada, a partir de ampla discussão, e exija a ação do Estado. Isso ocorre em todas as políticas: apoio à mulher trabalhadora, combate à violência contra a mulher, preservação do meio-ambiente, programas preventivos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS etc.

Na educação, escola e sala de aula são o elo final da política, os espaços de concretização do *referencial normativo global* — o projeto ou modelo mais amplo de sociedade construído pelas forças sociais que manifestam interesses ao Estado e à máquina de governo. Tal projeto materializa-se em programa de ação (*policy*) num processo que articula, principalmente em torno à definição das diretrizes de desenvolvimento econômico, as relações de poder típicas do domínio da política (*politics*). Mas outros elementos interferem nesse processo, como condicionamentos aí gerados pelas disputas que grupos integrantes dos diversos setores sociais travam, entre si, pelo atendimento a demandas específicas. Como os resultados das disputas dependem do poder de pressão dos que dominam o setor em cada momento, a hegemonia interna propicia condições de influenciar o conteúdo da solução política dada à questão em foco. A definição de conteúdo tem, assim, uma *dimensão ideológica*, manifesta tanto no processo

legislativo quanto na aplicação da lei. Tal dimensão é abordada com foco na *representação social*, noção mais específica que a de ideologia e referente ao saber prático dirigido aos objetos do real, com funções de apreensão, apropriação e significação. Em cada setor, as disputas dos grupos internos pela hegemonia dependem das ações e das representações sociais dos seus atores. Essas disputas definem a representação social dominante no setor, constituindo o *referencial normativo intra-setorial*, que dará base às disputas *inter-setoriais* pela influência na elaboração das políticas públicas.

Nesse modelo, a política pública é vista como construção multidimensional. A *dimensão cognitiva*, referente ao conhecimento técnico-científico e às representações sociais dos atores e legisladores, delinea as leituras possíveis de problemas e soluções. A *dimensão instrumental*, referente às medidas concebíveis para abordar as causas dos problemas, conjuga dados técnicos com valores sociais. A *dimensão normativa* exprime a relação entre políticas, valores e práticas culturais e sociais prevalentes, articulando a política pública com o projeto global em curso na sociedade, implicando que as soluções concebidas tendam a respeitar e preservar os valores dominantes. A orientação investigativa contempla múltiplas dimensões da construção de políticas públicas: determinantes estruturais, atuação das subjetividades e papel dos sistemas valorativos.

No caso das políticas de informação, esse modelo contempla o caráter auto-referencial e retro-alimentador especialmente sugestivo da complexidade em questão: a informação está na base da geração de representações sociais que influenciarão as leis e regras que contribuirão para regular os próprios fluxos de informação... Quanto ao “elo final” da política, a configuração é bem mais dispersa do que na educação. A percepção das inúmeras instâncias e instituições em que se dão as interações informacionais esclarece ainda mais a dispersão política assinalada por González de Gómez (1999), ampliando a importância de articular o modelo de Azevedo (2004) com o quadro de estruturação de Santos (2000). Isso permite abordar em mais detalhes a complexa dinâmica interna dos múltiplos espaços estruturais manifestos em cada setor social. Além disso, a idéia de tradução possibilita associar a visão de cooperação às noções de conflito e disputa e contemplar, assim, a necessidade de estabelecimento de constelações que marca as interações emancipatórias entre atores integrantes de distintos setores sociais e de outros níveis coletivos. Do êxito nesse esforço dependerá a eficácia das construções políticas que se pretendam contra-hegemônicas, voltadas a interesses sociais mais amplos e compatíveis com a noção de bem comum.

Políticas e regimes de informação: o local e o global

No contexto de uma homogeneização globalizante que tende a envolver muitas questões de relevo para as políticas de informação, torna-se especialmente importante valorizar iniciativas locais que contribuam, conforme teoriza Boaventura Santos, para a reversão de ausências e inexistências, a emergência de uma produção mais ativa da vida futura e o adensamento das construções políticas contra-hegemônicas. Como exemplo de iniciativa com esse potencial, no campo das práticas de informação, discutimos um projeto em desenvolvimento no município de Quissamã, no Rio de Janeiro.

A história econômica do município registra recentes benefícios da produção de petróleo na bacia de Campos. A prosperidade daí advinda trouxe melhoria das condições materiais de vida,

gerando resultados como bons índices escolares, no âmbito estadual. Mas trouxe também sérios riscos de ordem imaterial, pois o aumento da “importação cultural” submete a cultura local a um contexto de forte concorrência, que produz uma tendência de “apagamento”. O projeto *Janelas da Cultura Local* (FREIRE, 2006a, 2006b, 2007) propõe uma pesquisa-ação voltada ao desenvolvimento e à publicação de um hipertexto digital sobre o folclore local. O trabalho envolve a capacitação de integrantes da comunidade no uso de tecnologias de informação e comunicação, abrindo perspectivas de inclusão digital, além de estimular a participação direta de indivíduos e grupos em manifestações da tradição folclórica regional, numa perspectiva de resgate e preservação. Tendo por base as discussões sobre redes sociais propostas por Manuel Castells, o projeto busca envolver e articular os atores locais, propiciando e estimulando uma participação que é concebida como propriedade emergente, e não como condição definida a priori. Entre as metas fixadas, está a identificação do regime de informação e dos elementos constitutivos da identidade cultural local, com vistas à valorização e à ampliação de visibilidade de suas manifestações.

O trabalho proposto parece apresentar boas possibilidades de contribuir para a emergência e a construção de formas mais lúcidas de interação entre cultura local e influências globais trazidas pela “importação cultural”. Há, porém, cuidados que convém observar, já que a própria existência desse movimento de importação envolve as tecnologias de informação e comunicação, presentes tanto na divulgação dos produtos da indústria cultural para a comunidade local, incitando o desejo de consumo, quanto na divulgação, para empresários e outros representantes dessa indústria, de informações sobre o maior potencial de consumo dessa comunidade e, daí, sobre a conveniência de nela “investir”. De fato, integram esse movimento formas de mediação entre cultura local e cultura global — mesmo que apenas no âmbito nacional — manifestas, por exemplo, quando eventos da tradição local perdem espaço para shows de grupos musicais famosos, vindos de outra região, mas já muito difundidos localmente, por meio da televisão e outras tecnologias. Em contextos assim, a mediação das relações local-global precisa ser pensada com o cuidado necessário a que a introdução de novos elementos tecnológicos evite o mero reforço da lógica capitalista. A introdução de novas mediações tecnológicas deve buscar a perspectiva de real *capacitação*, conforme o alerta de Santos (2000), para enfrentar o desafio da entrada numa “arena” de trocas desiguais em que interações informacionais e relações de poder imbricam-se e confundem-se. Afinal, é às regras do jogo dessa arena que dizem respeito as políticas de informação.

Com atenção a tais cuidados, parece-nos muito frutífera a realização de projetos como o *Janelas da Cultura Local*, que podem lançar desafios à capacidade de imaginação sociológica, reflexão teórica, planejamento metodológico e ação social, propiciando contribuições potencialmente relevantes para influenciar o debate sobre a elaboração de políticas de informação. A constelação, numa rede de informação e comunicação, de iniciativas semelhantes — quer já estejam em curso ou sejam possíveis de realizar, em diversas partes do país — pode ensejar a produção de valiosos subsídios para esse debate.

No entanto, é importante fazer algumas ponderações quanto à abordagem teórica adotada no projeto de Quissamã, em relação às redes, e assinalar as vantagens de uma escolha alternativa. Com efeito, as abordagens e os modelos aqui propostos para as políticas e regimes de informação privilegiam a participação dos atores sociais, noção que aparece como elemento central nas abordagens envolvendo redes, como é o caso da escolhida por Freire (2006a, 2006b, 2007). A autora, no entanto, embora trabalhe com a noção de regime, conforme aqui sugerimos, conjuga-a com a abordagem das redes proposta por Manuel Castells — que considera *redes sociais* integradas por pessoas e instituições, ou seja, ligadas a atores humanos — e não com a de Bruno Latour — que concebe as *redes sociotécnicas* como entidades integradas por pessoas e artefatos, ou seja, por atores humanos e não-humanos. À luz dessa diferença, é possível apreciar

que a abordagem de Latour propicia uma perspectiva mais adequada à reflexão e à ação necessárias às construções socio(técnicas) propostas no projeto, que demandam compreensão profunda e crítica do papel das mediações tecnológicas nas interações informacionais, a fim de propiciar a emergência de participações mais potentes.

Se o papel da tecnologia for visto apenas como de mediação neutra, será reforçada a idéia de que não há assimetrias de poder entre os nós da rede, ou seja, entre os atores (individuais e coletivos) participantes do regime e das práticas de informação prevalentes. Essa é a perspectiva decorrente da abordagem de Castells. Uma mediação neutra pressupõe, no entanto, a participação da tecnologia como fator de produção de diálogo entre “partes” que se reconhecem em condições iguais de existência e potência. Porém, conforme sugere Boaventura Santos, se uma dessas partes supõe-se “todo”, como nas relações hegemônicas, esse processo metonímico tende a estabelecer uma relação monológica, e não dialógica, na qual a tecnologia — qualquer seja ela — terá papel não de fator passivo de uma mediação equilibrada, mas sim de *agente*, ou *ator*, que desempenha papel de preposto da “parte-todo”, numa relação de troca desigual que potencializa essa “parte” mais do que a outra(s). A abordagem das redes sociotécnicas, de Latour, permite essa reflexão com muito maior clareza.

A perspectiva teórica das redes sociotécnicas possibilitou a Latour a idéia da necessidade de negociar uma “Constituição” reguladora da distribuição de poderes e conduziu-o à abordagem da epistemologia política. Para a reflexão sobre a construção de políticas públicas, essa abordagem consegue captar não apenas a necessária lógica de associação entre aspectos formais e informais inerente aos regimes de informação. Como reconhece o próprio Frohmann (1995), ao atribuir aos objetos técnicos função que os eleva à categoria ontológica de atores, nos processos políticos dos níveis micro-estrutural e macro-estrutural, Latour possibilita o aprofundamento da crítica e a diminuição do risco de adesão celebratória, também sinalizado por Boaventura Santos, a um “admirável mundo novo” global integrado pelas tecnologias de informação e comunicação. Na medida em que os próprios objetos técnicos produzidos por *outra* cultura local passam a ser vistos como atores de uma rede de relações de poder, em meio às trocas desiguais de ordem material e não-material que integram um regime de informação, não é mais possível conceber articulações de fato emancipatórias entre local e global se não houver clareza sobre qual o ponto de equilíbrio entre as tensões opostas voltadas a localizar o global e globalizar o local.

De fato, é preciso analisar com cautela o discurso sobre que o local dá suporte e condição para as relações globais, oferecendo o espaço no qual a globalização se expressa e assume especificidade. Se isso é verdade para *um* local particular, é apenas porque, na relação globalizante, algum *outro* local se expressa naquele primeiro. Se essa expressão ocorrer em prejuízo das formas próprias do primeiro local, a relação entre os dois não será simétrica. E sendo, ao contrário, assimétrica, poderá tender a hegemonia, dominação, colonização.

As relações entre local e global pressupõem localizar o global e também deslocalizar — para globalizar — o local. No entanto, a partir de certo limite, deslocalizar implica produzir a inexistência de características dos atores locais, convergindo com a lógica de colonização denunciada por Boaventura Santos. Nesse contexto, aumenta a percepção crítica do risco que pode representar a perspectiva de uma mera “digitalização” da cultura local, para “publicação” em âmbito global. Essa idéia poderia mesmo vir a reforçar hegemonias, em vez de propiciar a preservação e a recriação da cultura local.

Considerações finais

Os desafios que enfrenta a construção de políticas de informação são muitos e mostram a complexidade dessa pretensão, sobretudo no âmbito global da “sociedade da informação”, frente ao inevitável entrecruzamento das políticas de informação com outras políticas e regimes. A dificuldade de uma abordagem consistente desse quadro permite entender — mas não justificar — o fato de ocorrerem, o mais das vezes, apenas planos e ações de caráter limitado, refletindo um imediatismo compulsivo e compulsório, que responde a interesses puramente econômicos.

As abordagens aqui apresentadas auxiliam no enfrentamento desses desafios. A *epistemologia política* complementa o *regime de informação*, contribuindo para se compor um referencial teórico que incita ao estudo profundo das complexas relações mantidas pelos atores envolvidos. Postuladas ambas na perspectiva da ANT, tais abordagens possibilitam ver na política de informação uma construção descritível através dos regimes e estruturada por uma rede de atores humanos e não-humanos, em interação a partir de múltiplos elementos naturais, sociais e discursivos. Complementam-se o aspecto descritivo da noção de regime e o aspecto compreensivo-explicativo da epistemologia política. Na linha das construções contra-hegemônicas, o *multiculturalismo emancipatório* também aprofunda a percepção das possibilidades que a estruturação aproveita ou desperdiça, a depender de quais saberes e práticas são ou não postos em ação, diálogo e constelação.

Os modelos apresentados abarcam a complexa dinâmica da ação dos múltiplos espaços estruturais e setores sociais, conjugando cooperação contra-hegemônica e disputa hegemônica. Essa perspectiva analítica contempla a necessidade de, nos diversos níveis da ação coletiva, os atores que representam as vozes “inexistentes” estabelecerem constelações de práticas e relações que ampliem o potencial das interações contra-hegemônicas e das construções emancipatórias.

Juntos, as abordagens e os modelos podem potencializar as articulações possíveis numa rede de atores sociais, como pretendido em ações afirmativas e contra-hegemônicas. Mas para que a rede possa ser vista, de fato, como *sociotécnica*, é necessário trabalhar por uma apropriação social ativa da competência e dos meios tecnológicos e pelo desenvolvimento, entre os atores locais, de uma clara visão dos outros nós da rede — locais e globais — também como atores, com demandas a realizar e, eventualmente, com poderes em plena ação com vistas a isso. Busca-se, assim, uma percepção lúcida do contexto de interesses e conflitos em que se insere cada cultura local, o que torna vital lutar pela manifestação da própria voz e saber identificar e diferenciar parceiros e contendores, a fim de estabelecer constelações verdadeiramente potencializadoras de relações emancipatórias, e não de conexões que logo podem abrir caminho ao desenvolvimento de novas relações hegemônicas.

É importante confrontar a representação teórica do real com a representação social vigente, em cada comunidade local, do campo da ação em pauta. Se a representação teórica tiver como pressuposto a existência de simetria na interação “global” com outros locais, reforçará o peso da percepção de simetria na representação social da comunidade local, despotencializando a luta pela produção dessa mesma simetria no mundo real. Se, por outro lado, a representação teórica reconhecer e acusar as assimetrias reforçará a percepção destas na representação social da comunidade local, potencializando a luta pela produção de simetrias no mundo real. Essas considerações servem de alerta quanto ao cuidado com que deve ser vista a pretensão a uma construção “global” de políticas de informação. Qualquer movimento nesse sentido somente terá consistência se perceber o global como conjunto de conjuntos de locais e autorizar uma lógica em que os múltiplos níveis intermediários de localidade e globalidade possam reconhecer-se e interagir em condições de simetria. Fora disso, o discurso global ocultará tendências e pressões hegemônicas e colonizadoras. A noção de simetria deve ser também pensada como expressão da

necessidade de reduzir, na experiência individual e coletiva, a assustadora prevalência atual do aspecto econômico-financeiro sobre outros: cultural, social, educacional, informacional etc.

No caso brasileiro, há um duplo desafio, desse ponto de vista. Por um lado, há a perene urgência de redistribuir renda e melhorar condições locais nas muitas regiões a que nossa história legou desfavorecimentos; por outro lado, a eventual necessidade de atenção a lugares onde se apresente súbita prosperidade. Nesses “locais”, a prevalência do econômico fará das novas condições um reforço à produção de inexistência e apagamento cultural e de outras ordens. Mais do que mera adaptação do “local” ao funcionamento “global”, esse processo tende a produzir cooptação, levando o “local” a tornar-se novo ator da replicação das pressões hegemônicas e colonizadoras. Por isso, são de central importância a reflexão e a ação sobre as questões de informação e comunicação, devido ao potencial de contribuição dessas áreas para problematizar ou naturalizar a dimensão ideológica na percepção das complexas relações sociais estabelecidas.

O investimento brasileiro no *Livro verde da sociedade da informação no Brasil* (BRASIL, 2000) ilustra bem o desperdício de experiências locais, sequer adequadamente reconhecidas e consideradas por um projeto voltado muito mais à ilusão de replicar soluções bem-sucedidas em outros “locais”. É um exemplo, em termos da construção de políticas de informação, de adesão a uma globalização feita a serviço da ordem vigente. Outro caminho é possível: aquele baseado no reconhecimento da existência e na assimilação de iniciativas locais cuidadosamente abordadas, do ponto de vista teórico-metodológico. Esse caminho obedece a uma lógica de promoção da emergência de soluções endógenas para a construção das políticas e do futuro, podendo produzir um ciclo virtuoso de tradução de saberes e experiências e a potencialização dos múltiplos atores que devem responder por essa construção.

Artigo recebido em 26/05/2008 e aprovado em 10/07/2008.

O autor Anderson Fabian Ferreira Higino registra agradecimentos ao CEFET-MG, pelo apoio institucional à sua qualificação profissional, na forma de afastamento para doutorado, e à parceria CAPES/CEFET-MG, pela concessão de bolsa do Programa PIQDTec.

Referências

AZEVEDO, J.M.L. Uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens. In: _____. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 57-68. Capítulo 4. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 56).

AUN, M.P. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

BOBBIO, N. Política. In: _____. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. p. 954-963.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____. (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Brasília, 2000. Disponível em: <www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>. Acesso em: 25 jul. 2008.

FALLIS, D. Applying epistemology to information policy decisions. 2006. Disponível em: <dlist.sir.arizona.edu/1631/01/fallis%5Faustin.pdf> Acesso em: 26 maio 2007.

_____. Social epistemology and information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, ed. Blaise Cronin, Information Today, v. 40, 2006. p. 475-519.

FREIRE, I.M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. *Ciência da Informação Online*, Brasília, v. 35, n. 2, mai./ago. 2006a. Disponível em: <www.ibict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=40> Acesso em: 07 jun. 2007.

_____. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set./dez. 2006b.

_____. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. *Anais do ENANCIB*. Salvador: UFMG, 2007. 1 CD-ROM.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness — information, systems, people, organizations. In: Annual Conference Canadian Association for Information Science, 23, Edmond, Alberta. 1995. Disponível em: <instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann> Acesso em: 16 mar. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Política e gestão da informação: novos rumos. *Ciência da Informação Online*, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2008.

_____, ORRICO, E.G.D. As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação. *DataGramZero* v.5, n.6, dez. 2004. Disponível em: <www.datagramzero.org.br/dez04/F_I_art.htm> Acesso em: 29 maio 2007.

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio: Francisco Alves, 1975.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004a.

_____. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. *Body and Society* v. 10 n. 2/3, p. 205-229, 2004b. Disponível em: <bod.sagepub.com/cgi/reprint/10/2-3/205.pdf>. Acesso em: 22 maio 2007.

_____. The promises of constructivism. In: IHDE, Don (ed.) *Chasing Technology: Matrix of Materiality*. 2003. Indiana, Indiana University Press, p. 27-46.

SANTOS, B.S. Ciência. In: CARRILHO, Manuel Maria (org.). *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p. 23-43.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 11 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. 58 p.

_____. Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum. In: _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, v. 1)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 261-327.

_____. Introdução. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____ (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-56 (cap. 1), p. 777-821 (cap. 34).